

“Minimização dos Custos Públicos em matéria de transporte de mercadorias e logística no Contexto Transfronteiriço”

BREVE APRESENTAÇÃO ESQUEMÁTICA

TEIRLOG INGENIERIA

Empresa Certificada



15 de Fevereiro de 2012

- ❑ O relatório sobre a Análise dos Custos Públicos de Contexto Transfronteiriço (CPCT) originou-se no tratado entre Espanha e Portugal sobre **Cooperação Transfronteiriça entre Entidades e Instâncias Territoriais do ano 2002** (Tratado de Valencia) que regula a prática desta cooperação, além de proporcionar cobertura jurídica.
- ❑ No ano 2006 estabeleceu-se a Comissão Hispano-Portuguesa para a Cooperação Transfronteiriça responsável de controlar e impulsionar o desenvolvimento desta cooperação transfronteiriça..
- ❑ Em consequência criou-se, em 2009, um Comitê Setorial sobre os “Custos Públicos de Contexto Transfronteiriço, composto pelo Ministérios de Assuntos Exteriores de ambos países (Espanha e Portugal), pelas regiões fronteiriças de ambos países e pelo Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional de Portugal.
- ❑ **O presente relatório pretende desenvolver a parte deste projeto dedicada a área de transportes e comunicações, especialmente no ramo do transporte de mercadoria e da prestação de serviços logísticos.**
- ❑ No âmbito do transporte de mercadorias e dos serviços logísticos, os Custos Públicos de Contexto Transfronteiriços entre Espanha e Portugal são os custos derivados da aplicação das disposições estabelecidas nas normativas ou noutros instrumentos legais, aplicado ao território fronteiriço entre Espanha e Portugal.
- ❑ As repercussões dos CPCT no conjunto da cadeia logística, onde o transporte é o principal elemento, encontra-se justamente no transporte, junto com alguns elementos administrativos e de comunicação que também são analisados neste estudo.

ÁREAS DE ATUAÇÃO



INFRA-ESTRUTURA (PASSAGENS FRONTEIRIÇAS)**POSSÍVEL CUSTO PÚBLICO DE
CONTEXTO TRANSFRONTEIRIÇO****MEDIDAS DE ATUAÇÃO PROPOSTAS**

Existência de congestionamento nas passagens transfronteiriças

➤ Elaboração de um plano de monitorização da adequação da infra-estrutura rodoviária nos passos fronteiriços no que se refere à demanda, que permita detectar necessidades de ampliação, melhora e adequação das infra-estruturas rodoviárias.

Condições inadequadas das infra-estruturas viárias existentes nos pontos fronteiriços mais específicos

➤ Intensificar a culminação do desdobramento do ponto fronteiriço entre Fuentes de Oñoro – Villar Formoso

➤ Desenhos de um plano de controle das condições da infra-estrutura rodoviária nas passagens fronteiriças com a finalidade de garantir a existência de impedimentos do fluxo constante de tráfego.

➤ Intensificar a implementação dos planos de manutenção periódicos nos pontos fronteiriços que permitam dispor de infra-estruturas adequadas para o transporte rodoviário.

PEDÁGIO

POSSÍVEL CUSTO PÚBLICO DE CONTEXTO TRANSFRONTEIRIÇO

Dificuldade e falta de informação aos condutores estrangeiros sobre a aquisição e instalação dos dispositivos de pedágios eletrônicos

MEDIDAS DE ATUAÇÃO PROPOSTAS

- Atuações para a máxima divulgação dos diferentes sistemas de pagamento dos pedágios eletrônicos, especificando de maneira detalhada sua operativa, generalizando seu conhecimento e simplificando sua utilização.
- Aumentar a possibilidade de aquisição dos dispositivos de pagamento de pedágio eletrônico em Portugal, na Comunidade Castilla y León e no resto do território espanhol fronteiriço.
- Impulsionar a celebração de acordos entre entidades financeiras espanholas e a empresa gestora dos pedágios portugueses para estabelecer ferramentas que simplifiquem a operativa do pagamento (já existem antecedentes).
- Máxima economia na aquisição/aluguel dos dispositivos de pagamento eletrônico de pedágios.
- Eliminação de qualquer comissão vinculada à aquisição dos dispositivos para o pagamento do pedágio, incluindo a taxa que atualmente cobra a empresa de correios portuguesa “CTT”, pela realização de pagamentos via internet.
- Incorporação do sistema de pedágios eletrônicos português, ao do resto da rede de pedágios na Espanha e na Europa, com o objetivo de avançar na harmonização tecnológica e na interoperabilidade destes equipamentos no âmbito ibérico e europeu.

PEDÁGIO (cont.)

POSSÍVEL CUSTO PÚBLICO DE CONTEXTO TRANSFRONTEIRIÇO

Dificuldade e falta de informação aos condutores estrangeiros sobre a aquisição e instalação dos dispositivos de pedágios eletrônicos

MEDIDAS DE ATUAÇÃO PROPOSTAS

- Autorização da opção do pós-pago aos veículos com matrícula estrangeira, durante um prazo dentre 24 e 48 horas posterior a sua saída de Portugal, diante a dificuldade para aceder à aquisição do equipamento, ou pelo desconhecimento de seu uso
- Implementação de fortes descontos nos pedágios a transportistas profissionais.
- Aplicação dos mesmos critérios de vantagens, no referente a isenções e descontos, oferecidos aos cidadãos e empresas portuguesas (entre elas, empresas de transporte e logística), instalados nas zonas afetadas pelos pedágios implementados. (Não discriminação)
- Aumento da precisão das máquinas instaladas na fronteira, para determinar de forma exata o montante do pedágio a pagar, evitando o “sobre-pago”, sobretudo considerando que a operativa atual não permite a devolução nos casos em que o importe efetivo do pedágio seja inferior ao “pré-pago” (por exemplo, definição de rotas a realizar, qualificação “Euro” de motores e outros já aplicados em outros países da UE).



Rodoviária

RESTRIÇÕES À CIRCULAÇÃO**POSSÍVEL CUSTO PÚBLICO DE
CONTEXTO TRANSFRONTEIRIÇO**

Diferenças nos calendários de restrições à circulação entre Espanha e Portugal

MEDIDAS DE ATUAÇÃO PROPOSTAS

- Harmonização do calendário de restrições entre Espanha e Portugal.
- Eliminação das restrições à circulação nas principais passagens fronteiriças, o que evitaria seu estacionamento nestes pontos, e/ou adequação de estacionamentos acondicionados para veículos pesados, para sua utilização nestes supostos (de escassa incidência).
- Instalação de estacionamentos específicos para veículos pesados que transportam mercadorias perigosas nas passagens fronteiriças mais relevantes: por exemplo, a que conecta as cidades limítrofes de San Martín de Pedroso / Quitanilha.

Ferroviária

INFRA-ESTRUTURAS (REDE FERROVIÁRIA)

POSSÍVEL CUSTO PÚBLICO DE CONTEXTO TRANSFRONTEIRIÇO

MEDIDAS DE ATUAÇÃO PROPOSTAS

Diferenças no gabarito máximo permitido

➤ Progressiva uniformidade nas infra-estruturas ferroviárias espanholas, que incrementem o gábarito máximo autorizado até 4.500 mm de altura (com exceções).

Diferenças na eletrificação da rede

➤ Desenho e implementação dos planos de melhora da infra-estrutura ferroviária, onde se inclua a electrificação da parte espanhola da Linha de Beira Alta e da parte portuguesa da Linha de Miño e desta maneira permitir uma economia aos usuários da rede, que não teriam que utilizar locomotivas mistas, ou exclusivamente diesel (mais custosos).

Desigualdade nas longitudes máximas dos trens

➤ Avançar no projeto de ampliação dos padrões de longitude dos trens a 750 metros tanto na Espanha como em Portugal, seguindo a proposta do PEITFME espanhol.

Disfunções entre os sistemas de comunicação, instalações de segurança e sinalização

➤ Impulsionar a progressiva harmonização e uniformidade dos sistemas de comunicações, assim como das instalações de segurança e dos meios associados a sinalização ferroviária.

Ferroviária

CÂNONES (REDE FERROVIÁRIA)

POSSÍVEL CUSTO PÚBLICO DE CONTEXTO TRANSFRONTEIRIÇO

MEDIDAS DE ATUAÇÃO PROPOSTAS

Diferença entre os cânones ferroviários estabelecidos na Espanha e Portugal

➤ Promover (dentro do possível) a convergência dos cânones ferroviários entre Espanha e Portugal.

CONDICIONANTES OPERATIVOS E ADMINISTRATIVOS (cont.)

POSSÍVEL CUSTO PÚBLICO DE CONTEXTO TRANSFRONTEIRIÇO

MEDIDAS DE ATUAÇÃO PROPOSTAS

Tramitação da homologação da Licença Ferroviária

➤ Simplificação dos trâmites de homologação da Licença Ferroviária, minimizando ao máximo os custos burocráticos vinculados a este procedimento.

Dificuldades na homologação do Certificado de Segurança entre ambos países

➤ Elaboração de diferentes propostas de equiparação dos Certificados de Segurança, que minimizem a necessidade de realizar provas adicionais ao material circulante, com o intuito de garantir a segurança ao longo do percurso.

Diferenças no conteúdo da formação de maquinistas

➤ Avançar na elaboração conjunta dos planos de formação de maquinistas com conteúdos similares em ambos países, num contexto de interoperabilidade (homologação de títulos de maquinistas).

CONDICIONANTES OPERATIVOS E ADMINISTRATIVOS (cont.)

POSSÍVEL CUSTO PÚBLICO DE CONTEXTO TRANSFRONTEIRIÇO

MEDIDAS DE ATUAÇÃO PROPOSTAS

Bilingüismo

➤ Promover cursos de formação básica de ambos idiomas (português e castelhano) para os maquinistas, que permitam a condução “sem fronteiras” dos funcionários em ambas redes ferroviárias.

Necessidade de Agente Único

➤ Implantação do agente único de condução no território português, pelo menos para o caso do transporte ferroviário internacional.



IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO (I.V.A.)

POSSÍVEL CUSTO PÚBLICO DE CONTEXTO TRANSFRONTEIRIÇO

MEDIDAS DE ATUAÇÃO PROPOSTAS

Lento processo de devolução do IVA pago em Portugal às empresas espanholas

➤ Impulsionar a agilização dos trâmites e procedimentos necessários pela parte da Administração Tributária Portuguesa para que a devolução se realize num prazo inferior. Possível estabelecimento de fórmulas de compensação entre as Administrações Tributárias de ambos países.

Necessidade de nomear provisoriamente, um representante que seja residente no território de aplicação do imposto para solicitar sua devolução

➤ Eliminar este requisito, devido aos custos gerados.
➤ Propor que o representante das empresas perante as Agências Tributárias de outros países seja a Agência Tributária do Estado Membro onde se encontre estabelecida.



IMPOSTO SOBRE OS COMBUSTÍVEIS

POSSÍVEL CUSTO PÚBLICO DE CONTEXTO TRANSFRONTEIRIÇO

MEDIDAS DE ATUAÇÃO PROPOSTAS

Necessidade de dispor, pela parte do transportista português, de um representante na Espanha para a devolução do Imposto Especial sobre os Combustíveis espanhóis.

➤ Promover a eliminação deste requisito e impulsionar a trâmite eletrônica (via internet), aplicando uma operativa similar à aplicada para a devolução do IVA.

Impossibilidade de devolução às empresas espanholas do ISP pago em Portugal.

➤ Solicitar a incorporação da devolução do ISP para as transportistas profissionais espanholas na normativa reguladora deste imposto, com uma gestão simplificada.

Comunicação

COMUNICAÇÃO

POSSÍVEL CUSTO PÚBLICO DE CONTEXTO TRANSFRONTEIRIÇO

MEDIDAS DE ATUAÇÃO PROPOSTAS

Mudança de operador automático
nas zonas fronteiriças

- A existência de um maior número de repetidores ou de repetidores com maior qualidade poderia diminuir a possibilidade de que se cruzem as conexões de ambos países
- Eliminação e/ou atenuação do roaming entre ambos países

Diferenças no preço do ROAMING

- Solicitar à Comissão Europeia um maior nível de exigência na hora de estabelecer preços máximos no âmbito europeu (harmonização do Roaming)